

COSMOLOGIA E TEOLOGIA NA *DISSERTAÇÃO* DE 1770

Orlando Bruno Linhares ¹

Resumo: argumento neste artigo que Kant, na *Dissertação*, de 1770, apesar de já ter elaborado a revolucionária doutrina da idealidade e subjetividade do espaço e do tempo, é um realista transcendental, pois concebe uma ontologia e uma metafísica especial.

Palavras-chave: ciência, metafísica, cosmologia, mundo e Deus.

Abstract: I argue in this article that Kant in the *Dissertation*, of 1770, in spite of have been worked out the revolutionary doctrine of ideality of space and time, is a transcendental realistic, so he conceives an ontology and a special metaphysics.

Keywords: science, metaphysics, cosmology, world and God.

Introdução

O objetivo deste artigo é analisar o papel da *Dissertação*, de 1770, na gênese da filosofia transcendental. Embora não haja uma ruptura entre os períodos pré-crítico e crítico, pois no primeiro o problema da significação de conceitos e juízos é o centro das investigações kantianas, ² argumento que Kant, em 1770, apesar de já ter elaborado a doutrina da idealidade do espaço e do tempo, é um realista transcendental, pois, ao conceber uma ontologia, uma metafísica especial, permanece submetido ainda ao sonho dogmático. Divido este artigo em duas seções. Na primeira, analiso a distinção entre ciência e ontologia; e na segunda, reconstruo a cosmologia e teologia da *Dissertação* na perspectiva do realismo transcendental.

A *Dissertação* de 1770 é considerada por muitos comentadores a obra que dá origem ao criticismo e contribui para a superação do dogmatismo da escola Leibniz-wolffiana. Esta opinião encontra respaldo nos relatos autobiográficos de Kant. Em 1781, numa carta a Herz, afirma que a primeira *Crítica* “contém a exposição das pesquisas de todas as espécies, que

¹ Doutor em Filosofia pelo DF-IFCH-UNICAMP e professor do Curso de Filosofia da Universidade Presbiteriana Mackenzie. E-mail: linhares@mackenzie.br

² “É possível ler nos textos pré-críticos que: na medida em que Kant tenta resolver problemas metafísicos e científicos defronta-se com problemas de significação. Todos os textos sobre lógica, sobre o conceito de força, de espírito, de Deus, de moral ou de natureza são objeto de uma reflexão sobre problemas de significação, no uso e

partem de conceitos que nós examinamos e discutimos sob o nome *De mundi sensibilis et intelligibilis*” (Kant 1926, Ak. X, p. 266).³ Há entre a *Dissertação* e a primeira *Crítica* alguns pontos em comum, mas há muitos diferentes. Quanto às semelhanças, a *Dissertação* estabelece as distinções gerais da estética transcendental. Porém as diferenças são mais significativas. Ao distinguir, em 1770, a sensibilidade do entendimento e, no entendimento, o uso lógico do uso real, Kant concebe dois objetos distintos e dois modos de conhecê-los e para isto estabelece o seguinte princípio metodológico: “os princípios próprios do conhecimento sensitivo não podem ultrapassar os seus limites e não podem chegar ao conhecimento intelectual” (Kant 1770, Ak, II, § 24). Ao separar a sensibilidade do entendimento, não se coloca o problema da cooperação entre os conceitos puros e as intuições sensíveis na constituição do objeto do conhecimento.

Em 1770, Kant elabora uma ontologia e uma cosmologia racional. Muitos intérpretes defendem que a doutrina da idealidade do espaço e do tempo foi motivada pela descoberta das antinomias em 1769. Mas se a *Dissertação* é o primeiro texto crítico, porquê as antinomias não estão presentes nela? Sem dúvida, há em 1770 uma cosmologia. Seu objeto é duplo: o fenômeno e a coisa em si. Kant, ao conceber o objeto como coisa em si, o insere na perspectiva do realismo transcendental, buscando só pela razão conhecer a totalidade do mundo e suas partes simples. Compreendendo seu objeto como fenômeno, antecipa apenas as antíteses das antinomias matemáticas. A idéia do conflito da razão consigo mesma está ausente.

A maneira como Kant se posiciona diante destes dois aspectos da metafísica tradicional o impede de despertar de seu sonho dogmático e, por isso, ele não pode ainda elaborar uma teoria da solubilidade dos problemas necessários da razão, a qual estabelece que “dada qualquer questão prescrita pela natureza de nossa razão, podemos ou respondê-la, ou provar que não há solução possível. Nesse último caso, pode-se dizer também que a questão é inválida ou sem sentido” (Loparic 2000, p. 14). A ausência, em 1770, de uma teoria da solubilidade de problemas necessários da razão se fundamenta no fato de Kant não se dar conta da falta de significado e de referência dos conceitos empregados nos juízos da metafísica tradicional, isto é, ainda não está elaborada a teoria *a priori* da referência, do significado e da verdade, que o objeto tratado pelo uso real do entendimento não é um objeto possível, pois não satisfaz as condições ligadas à intuição sensível e às categorias. Portanto, Kant não se coloca ainda o

na aplicação dos termos. Essa preocupação vai se tornando aos poucos uma exigência temática” (Perez 2000, p. 151).

³ A sigla Ak refere-se à edição das obras completas de Kant da Academia de Ciências de Berlim.

problema da possibilidade de determinar o valor de verdade de uma proposição ou de provar a sua indecidibilidade. A tese da decidibilidade dos problemas da razão pura, formulada na introdução da segunda edição da primeira *Crítica*, visa resolver o problema da tendência natural da razão pura em elaborar uma metafísica transcendente.

Kant não faz, em 1770, uma crítica da razão para avaliar a legitimidade de suas pretensões e descobrir as origens e os limites do conhecimento humano. Esses limites se identificam com conceitos e proposições possíveis, que precisam satisfazer a seguinte condição: devem se referir a intuições empíricas, que são dados para uma experiência possível. Por não interpretar sensivelmente os conceitos do uso real do entendimento, Kant “não tem um critério de verdade, precisamente porque transgride o limite da decidibilidade e se estende para objetos que ou não podem de modo algum ser dados ou, pelo menos, não como se requer pelo uso tencionado dos conceitos metafísicos” (Loparic 2000, p. 21). Pelo contrário, a *Crítica* “requer que se torne *sensível* um conceito abstrato, isto é, que se mostre na intuição um objeto que lhe corresponda, porque, não sendo assim, o conceito ficaria (como se diz) privado de *sentido*, isto é, sem significação” (A 240; B 299). De fato, a razão não é concebida do mesmo modo nessas duas obras, pois em 1770 não há a distinção entre entendimento e razão, e entre categorias e idéias; por isso não é possível diferenciar os princípios constitutivos dos regulativos. Embora a *Dissertação* já estabeleça o caráter intuitivo da geometria, antecipando a noção de construção de conceitos de objetos matemáticos, não é exigido na solução dos problemas da ontologia e da cosmologia racional, que seus objetos sejam dados na sensibilidade.

A *Dissertação* desconhece estas questões, ignora o que a primeira *Crítica* denomina problemas, conceitos e proposições sem sentido e dá aos problemas metafísicos uma resposta dogmática. Ao contrário, a *Crítica* demonstra que “a solução dogmática não é, pois, incerta, mas impossível. A solução crítica, porém (...),... pode ser totalmente certa” (A 484; B 512). Isto significa que a *Dissertação* não antecipa o problema principal da filosofia transcendental, que a primeira *Crítica* formula nos seguintes termos: como são possíveis juízos sintéticos *a priori*?

Idealismo e realismo transcendentais

O tema geral da *Dissertação* é a exposição das formas e dos princípios do conhecimento dos mundos sensível e inteligível. A primeira seção define a noção de mundo em geral, a segunda distingue o conhecimento sensível do inteligível, a terceira expõe os princípios do

mundo sensível, a quarta trata do mundo inteligível e a última discute o método da metafísica. Para que a metafísica seja possível, é necessário que ela tenha seu próprio objeto e um método capaz de evitar que o inteligível seja contaminado pelo sensível. Ao conceber o objeto como fenômeno e coisa em si, Kant não pode afirmar que a teoria do objeto faz parte da teoria do significado e da verdade. A *Dissertação* trata da constituição do conhecimento intuitivo, mas por não inseri-lo no domínio da semântica *a priori*, não fornece um embasamento à teoria de solução de problemas. A semântica transcendental estando ausente, Kant faz metafísica, sem se perguntar se é possível formular juízos sobre as substâncias simples e o mundo. Ele as formula porque abandonou o problema da significação.

O termo mundo confere ao tratado um significado metafísico, sendo o objeto principal da pesquisa. Kant descreve os modos de conhecer os mundos sensível e inteligível. Sua preocupação central não é examinar as faculdades de conhecimento para determinar as origens e os limites do conhecimento. Ele permanece numa perspectiva leibniziana, mas não é totalmente fiel a Leibniz. Sua posição diante deste é ambígua. Se por um lado ele se afasta do autor dos *Novos Ensaios* por reinterpretar a distinção entre sensibilidade e entendimento, por outro a parte da sua cosmologia, que concebe o objeto como coisa em si, é fortemente influenciada pela dele, apesar de negar a tese da harmonia preestabelecida.

A novidade da *Dissertação* é a distinção entre sensibilidade e entendimento. No § 3º, a sensibilidade é definida como uma faculdade de conhecimento passiva, através da qual o sujeito recebe as representações dos objetos e o entendimento é definido como uma faculdade de conhecimento, que pode representar as coisas em si. O conhecimento representado pela sensibilidade é fenomênico, o adquirido pelo entendimento representa as coisas em si. O § 4º define os elementos do conhecimento sensível: a matéria e a forma. A sensação dá a matéria do fenômeno. Mas a forma, que não é abstraída pela observação do objeto, encontra-se *a priori* no sujeito. É o sujeito que lhe atribui determinadas configurações, que não se confundem com a figura ou o contorno do objeto. Após distinguir no fenômeno a matéria e a forma, Kant introduz, no § 12º, a noção de intuição pura:

Tudo o que é referido aos nossos sentidos como objeto é fenômeno; mas o que não impressiona os sentidos e que encerra apenas a única forma da sensibilidade, pertence à intuição pura, isto é, ao entendimento vazio de intuições e, contudo, não intelectual. (...) Compreende, portanto, os conceitos de espaço e tempo, que pelo fato de nada decidirem das coisas semelhantes em relação à qualidade, só são objetos de ciência em relação à quantidade. (Kant 1770, Ak. II, § 12)

Em sua distinção entre sensibilidade e entendimento, Kant nega a tese leibniziana, que a diferença entre o sensível e o inteligível é de grau, que o objeto representado pela sensibilidade é confuso e o mesmo objeto representado pelo entendimento é claro (Kant 1770, Ak. II, § 7). A insistência em fazer da clareza e da distinção nas representações a linha divisória entre a sensibilidade e o entendimento, omite o fato de os objetos das duas faculdades serem diferentes e governados por princípios diferentes. Enquanto Leibniz admite que um conhecimento rigoroso só é possível no plano formal, Kant sustenta que a sensibilidade é o fundamento das ciências físico-matemáticas. Ao negar Leibniz, antecipa que a matemática é intuitiva e a metafísica não produz conhecimento claro e distinto. Concebe um programa de ontologia e se empenha em estabelecer um mecanismo que a torne possível. Esta finalidade é demonstrativa ou elêntica e embora não amplie o conhecimento humano, tem a função de evitar o erro, não permitindo que o inteligível seja contaminado pelo sensível.

Embora uma de suas intenções seja a separação das faculdades, Kant reconhece que a recepção das impressões sensíveis é insuficiente para a constituição do conhecimento empírico. O entendimento deve elaborar os dados sensíveis num conhecimento objetivo. Ao reduzir ao uso lógico as funções do entendimento na constituição do conhecimento empírico, Kant estabelece a separação entre ciência e metafísica. A metafísica geral ou ontologia é obra do uso real do entendimento. A impossibilidade da metafísica, até agora, se deve ao fato de não se ter levado em conta a separação destes dois domínios de conhecimento e por se ter julgado os objetos da metafísica conforme os critérios da representação sensível. Enquanto o § 4º trata do conhecimento sensível, os §§ 5º e 6º tratam do conhecimento intelectual, distinguindo um uso lógico e um uso real do entendimento. No uso lógico “os conceitos, qualquer que seja a sua origem, são somente subordinados entre si, isto é, os inferiores são submetidos aos superiores (em virtude dos caracteres comuns) e comparados uns com os outros segundo o princípio de contradição” (Kant 1770, Ak. II § 5º). Embora central na constituição do conhecimento empírico, o uso lógico é indispensável à ontologia, pois trata dos conceitos, cuja origem pode se encontrar nos sentidos ou na razão. Na elaboração do conhecimento empírico, o entendimento, através do princípio de identidade, transforma as aparências em experiência, subordinando os conceitos empíricos particulares aos conceitos empíricos mais gerais e os fenômenos às leis mais gerais dos fenômenos. A constituição do conhecimento empírico se dá num processo de três estágios, que incluem as percepções sensíveis, a ordenação das

percepções sob as leis da intuição pura e a submissão das percepções ao uso lógico do entendimento, que lhe confere o caráter de experiência.

Se com o uso lógico Kant estabelece uma teoria da experiência, com o uso real é afirmada a possibilidade de uma ontologia, na qual através dos conceitos puros pode-se conhecer as coisas em si. Procedendo dogmaticamente, Kant não se pergunta pela validade objetiva dos conceitos do uso real do entendimento. A primeira *Crítica* demonstra a ilegitimidade do uso transcendente das categorias e as idéias da razão têm uso regulativo e não constitutivo. Pois o valor objetivo, isto é, a referência e o significado dos conceitos puros, deve ser determinado no domínio dos dados intuitivos. Não apenas a referência dos conceitos do uso real às coisas em si é problemática. Também a sua origem não é esclarecida. Se esses conceitos não são abstraídos da experiência, qual é a origem deles? Kant responde de uma maneira reticente:

E como não há princípios empíricos em metafísica, os conceitos que nela se encontram não devem ser procurados nos sentidos, mas na própria natureza do entendimento puro, não como conceitos inatos, mas como tirados das leis naturais do espírito (tendo em atenção estas operações aquando da experiência) e, por conseguinte, adquiridos. São desta espécie os conceitos de possibilidade, de existência, de necessidade, de substância, de causa, etc., com os seus opostos e correlativos; conceitos que nunca fazem parte de uma representação sensível e sendo assim, não podem ser, de maneira alguma, abstraídos dela. (Kant 1770, Ak. II, § 8º)

Os conceitos do uso real derivam da natureza do entendimento. Duas possibilidades são negadas sobre sua origem. Pode-se pensar que se tratam de conceitos inatos. Kant nega esta possibilidade, afirmando que são adquiridos. Em seguida poderia supor que o adquirido significa proveniente da experiência. Também esta alternativa é negada. A *Dissertação*, ao elaborar uma ontologia, não justifica a referência dos conceitos puros às coisas em si. Quanto à origem, diz apenas que eles são dados pelas leis do entendimento, mas não demonstra como surgem, qual é seu número exato e como se classificam no entendimento.

Cosmologia e teologia racionais

Muitos intérpretes defendem que Kant, em 1770, formula e soluciona o problema das antinomias matemáticas. Roberto Torretti vai além e afirma que a exposição da primeira antinomia, na primeira seção da *Dissertação*, é mais elaborada que a da primeira *Crítica*.

A primeira seção da *Dissertação* de 1770 traz uma exposição do problema da primeira antinomia, que é talvez mais efetiva e convincente que a da *Crítica da razão pura*; e ainda que Kant não use neste lugar a expressão conflito da razão consigo mesma, o que ali se apresenta não poderia chamar-se de outro modo, se Kant não sugerisse uma via possível para resolvê-lo. Esta que antecipa inequivocamente a solução das antinomias na *Crítica da razão pura* consiste em assinalar que o

dilema do mundo limitado ou infinito supõe noções de coordenação sucessiva ou simultânea de multiplicidade. (Torretti 1980, pp. 141-2)

Não é do mesmo modo que Kant formula e soluciona o problema cosmológico na *Dissertação* e na primeira *Crítica*. Em primeiro lugar, a *Dissertação* elabora uma cosmologia realista apoiada em hipóteses especulativas referentes à constituição do mundo em si. A crítica à cosmologia racional, de 1781, consiste em mostrar a ilegitimidade de toda cosmologia, que trata seus princípios regulativos como se fossem constitutivos. Ao lutar, na *Crítica*, contra várias formas de realismo transcendental, Kant concebe sua cosmologia de 1770 como realista transcendental e a elimina de sua filosofia. Em segundo lugar, da insolubilidade do problema antinômico decorre a eutanásia da razão pura. A solubilidade deste problema consiste em demonstrar que as antinomias assentam em argumentos dialéticos. Essa antinomia, que é o conflito da razão consigo mesma, se expressa em quatro problemas cosmológicos, admitindo cada um soluções contrárias e demonstráveis com todo rigor. Essa contradição pode ser eliminada, quando descobertos os pressupostos realistas transcendentais em que se apóia a cosmologia racional. Mas em 1770, Kant não antecipa a doutrina da antitética transcendental. Esboça apenas a formulação do problema das antíteses das antinomias matemáticas. Enquanto em 1781, Kant defende que o realismo transcendental conduz a razão aos paradoxos, demonstrando a impossibilidade da metafísica especial, em 1770 é proposta uma solução conciliatória: a simplicidade e totalidade são objetos da razão pura, que os conhece como coisas em si e a impossibilidade de completar a série dos fenômenos para alcançar o simples e o todo só é compreensível no domínio da intuição sensível. Em terceiro lugar, Kant não define nos mesmos termos o conceito de mundo na *Dissertação* e na *Crítica*. Enquanto na primeira obra a totalidade procurada é de fenômenos e coisas em si, na segunda é apenas de fenômenos.

Dou o nome de *conceitos cosmológicos* a todas as idéias transcendentais, na medida em que se referem à totalidade absoluta na síntese dos fenômenos; em parte, devido a essa mesma totalidade incondicionada sobre a qual assenta o conceito do universo, que não é ele mesmo senão uma idéia; em parte, porque apenas se referem à síntese dos fenômenos, síntese empírica, portanto (A 407-8; B 434).

A cosmologia racional, como Kant a compreende na primeira *Crítica*, se propõe determinar a totalidade dos fenômenos que é denominada mundo. Ela está apoiada no seguinte argumento silogístico: de um fenômeno dado pode ser inferida a série completa de suas condições ou o incondicionado. A série completa procurada é regressiva e é denominada idéia cosmológica. O silogismo no qual a cosmologia racional se apóia é hipotético, pois procura a série completa

das condições de um fenômeno dado. Enquanto a primeira *Crítica* concebe o mundo como totalidade absoluta na síntese dos fenômenos, a *Dissertação* o concebe num duplo sentido. Esta obra fundamenta a distinção entre os mundos sensível e inteligível a partir da tese que a sensibilidade representa as coisas como aparecem e o entendimento como são em si. Sendo a intuição sensível irreduzível ao uso real, é possível ter acesso a dois mundos distintos, mas a rigor só o inteligível deve ser denominado mundo, pois só nele é possível conceber a totalidade dos membros que o compõe e suas partes simples. Em 1770, a cosmologia é tratada nas 1ª e 4ª seções, no entanto a definição mais precisa de mundo é dada no início da 3ª, onde Kant distingue os mundos inteligível e sensível, atribuindo para cada um matérias e formas próprias.

O princípio da forma do universo é o que contém a razão da ligação universal, em virtude da qual todas substâncias e os seus estados pertencem a um mesmo todo, a que chamamos mundo. O princípio da forma do mundo sensível é o que contém a razão da ligação universal de todas as coisas como fenômenos.

A forma do mundo inteligível reconhece um princípio objetivo, isto é, uma certa causa que alia entre si as substâncias. Mas o mundo considerado como fenômeno, isto é, relativamente à sensibilidade do espírito humano, apenas admite um princípio subjetivo da forma. (Kant 1770, Ak. II, § 13º)

Assim como o mundo sensível tem uma matéria e uma forma, correspondendo a matéria do fenômeno à sensação e a forma à intuição pura espaço-temporal, Kant concebe também para o mundo inteligível uma matéria e uma forma: a matéria é constituída pela totalidade das substâncias e a forma é Deus, que possibilita a composição das substâncias na unidade de uma totalidade. A forma dos fenômenos é subjetiva, a do mundo inteligível é objetiva.

O mundo inteligível não é concebido como uma idéia transcendental. Em 1770, a totalidade das coisas em si não é tratada como o efeito de uma exigência da razão pela busca do incondicionado, que a leva a ultrapassar os limites da experiência. Desta concepção de mundo não decorre a formulação do princípio lógico da razão, que a primeira *Crítica* expressa nos seguintes termos: “*se é dado o condicionado, é igualmente dada toda a soma das condições e, por conseguinte, também o absolutamente incondicionado*, mediante o qual unicamente era possível aquele condicionado” (A 409; B 436). Não há um uso ascendente da razão na determinação da totalidade das coisas em si, pois o problema cosmológico neste domínio não é pensado como uma série de condições subordinadas, mas coordenadas e o espaço e o tempo compreendidos em 1770 como intuições sensíveis não desempenham papel algum neste processo. O conceito do mundo inteligível está associado ao problema da ligação real entre as substâncias e “é surpreendente que Kant inicie com uma exposição do conceito de *mundo*, o

qual o conduz a se colocar, para criticar Leibniz, num ponto de vista leibniziano” (Gueroult 1978, p. 6). Esta observação é importante, pois indica em que medida Kant se aproxima e se afasta de Leibniz. Ele se aproxima de Leibniz, pois há na *Dissertação* uma problemática cosmológica clássica, que é formulada em termos de uma unidade racional de um ponto de vista substancialista. Mas se afasta dele ao negar a tese da harmonia preestabelecida. As substâncias que constituem o mundo são a sua matéria. A coordenação entre elas é a sua forma.

Kant inicia o § 1º da *Dissertação* de 1770 com as seguintes palavras: “no que respeita a um composto substancial, a análise apenas se detém quando encontra uma parte que não é um todo, isto é, no simples; também a síntese apenas se detém no todo que não é parte, isto, é no mundo.” O § 1º concebe um duplo objeto para a cosmologia racional: o númeno e o fenômeno, buscando para cada um determinar suas partes e totalidade. Na determinação das partes e totalidade do mundo como coisa em si, Kant estabelece uma análise e uma síntese intelectuais; na determinação das partes e totalidade do mundo fenomênico, estabelece uma análise e uma síntese da intuição sensível. Esta dupla gênese só pode ser concebida na medida em que a análise e a síntese se referem de diferentes maneiras ao entendimento e a sensibilidade. O entendimento estabelece a gênese do composto a partir das partes dadas como coisas em si; a síntese dessas partes é estabelecida por meio do conceito de composição. A unidade do mundo inteligível não deve ser compreendida como um simples agregado de partes, mas como uma unidade do todo. Também do ponto de vista do entendimento, obtém-se a gênese abstrata das partes simples a partir do composto dado como coisa em si ao se conceber que a composição em geral, sendo suprimida, obtém-se os elementos simples.

Ao conceber a gênese dos conceitos de composto e de simples no domínio do conhecimento intuitivo, Kant os submete às condições do tempo. Na exposição dos conceitos de simples e de mundo, no domínio da sensibilidade, em que sentido são empregados os conceitos de análise e síntese? A primeira nota da primeira seção precisa o sentido no qual estes termos são utilizados. Comumente são empregados num duplo sentido: qualitativo e quantitativo. A síntese é qualitativa, quando a progressão na série dos subordinados vai dos princípios às conseqüências, isto é, das condições ao condicionado. Ela se refere na primeira *Crítica* às categorias dinâmicas, que dizem respeito às condições de sucessão das coisas no tempo. A síntese quantitativa é o progresso na série dos coordenados, isto é, toma como ponto de partida as partes dadas para chegar por complementos a formar o todo. Ela se refere na primeira

Crítica às categorias matemáticas. A análise é qualitativa na medida em que a regressão vai da condição ao condicionado. A análise é quantitativa como regressão de um todo dado às suas partes possíveis. Kant utiliza a análise e a síntese na *Dissertação* no aspecto quantitativo.

Ao tratar do composto, a dificuldade reside em “formar esta noção geral como problema da razão por meio das faculdades sensitivas de conhecer, isto é, de a representar concretamente segundo uma intuição distinta” (Kant 1770, Ak. II, § 1). Nesta operação de síntese, em que o tempo é a condição de possibilidade, a busca pela totalidade se dá pelo acréscimo sucessivo das partes, compreendidas como fenômenos. A busca pelo simples, na esfera da sensibilidade, se dá pelo processo de análise, que visa decompor o todo em suas partes últimas. Para suprimir a composição e se chegar ao simples é necessário efetuar uma regressão no tempo na direção das partes. Mas no domínio da sensibilidade nem o todo nem suas partes podem ser dados numa intuição sensível, pois a análise e a síntese não podem ser completas num tempo finito.

Qual é a importância de se estabelecer as diferenças dos princípios do conhecimento do mundo sensível e do inteligível na solução dos problemas metafísicos? A ausência desta distinção é a fonte dos erros da metafísica. Leibniz trata das coisas em si, mas ao considerar o espaço como o fundamento das relações entre as substâncias, confunde os conhecimentos sensíveis com os inteligíveis. Leibniz, por não se perguntar que influências desastrosas o conhecimento sensível poderia exercer sobre os juízos metafísicos, toma os limites que circunscrevem o espírito humano por aqueles que limitam a essência das coisas e, assim, julga serem impossíveis o contínuo e o infinito atual.

Para Leibniz o espaço contínuo dos geômetras não passa de imaginação. O contínuo é uma aparência, que decorre das percepções sensíveis. O espaço é uma ordem de relação qualitativa entre as substâncias. A idéia do contínuo não pode ser determinada por um número finito, pois a continuidade é a propriedade das grandezas de não ter nenhuma parte que seja a menor possível. Também não pode ser determinada por um número infinito, pois não existe número infinito em ato. É impossível a síntese completa no tempo de todas as unidades, que constitua o último elemento da série dos números naturais. Leibniz conclui que o contínuo, por não poder ser representado nem por um número finito nem por um infinito, trata-se de uma noção impossível. A crítica ao contínuo retira da geometria euclidiana o caráter de conhecimento necessário e universal, pois não se fundamenta na natureza do espaço. O espaço euclidiano é, segundo Leibniz, um conceito proveniente da experiência perceptiva, sendo as construções

geométricas indutivas. Já que nem a análise nem a síntese podem ser completas e a parte e o todo não podem ser alcançados segundo as leis da intuição sensível, segue-se que nem o simples nem o todo podem ser representados na sensibilidade. Segundo Kant, só neste domínio é aceitável concluir que o contínuo e o infinito atual são impossíveis. Mas, por não perceber as diferenças dos princípios dos conhecimentos em sensível e inteligível, Leibniz toma o irrepresentável na sensibilidade por impossível em si. Embora o entendimento não possa representar na intuição sensível seus conceitos de contínuo e infinito atual, nem por isso se deve concluir que em si são impossíveis, pois a realidade objetiva desses conceitos independe da referência aos dados dos sentidos. Portanto, não se deve confundir um desacordo subjetivo entre duas faculdades de conhecimento com uma contradição objetiva nas próprias coisas.

A defesa do infinito atual expressa a tese que a não representação na intuição sensível não implica impossibilidade em si, podendo ter significado no domínio do entendimento puro, pois um intelecto dotado de intuição intelectual pode conceber um todo infinito sem recorrer ao número. Para Leibniz a noção é absurda, porque é interpretada em termos quantitativos. Infinito e totalidade são pensados como noções inconciliáveis e diante desta dificuldade muitos filósofos afirmam a finitude do mundo no espaço e no tempo, porque ela é a única representação possível do mundo como totalidade (Lebrun 1993, p. 39). Mas, em 1770, Kant adverte que esta conclusão é o resultado do desconhecimento da distinção dos princípios do conhecimento dos mundos sensível e inteligível. A busca pela totalidade não é uma exigência da razão, quando relacionada com o conhecimento sensível. Neste domínio são sintetizadas indefinidamente unidade a unidade no tempo e as totalidades construídas são sempre arbitrárias, quando a progressão é interrompida. Não é, portanto, da sensibilidade que surge a tarefa de buscar a totalidade infinita. A totalidade é um problema da razão pura, pois na esfera da sensibilidade é impossível construir uma grandeza que seja atual e infinita.

Após ter demonstrado, no § 1º, que a totalidade e a simplicidade não são problemas da razão, quando relacionadas com a sensibilidade, mas da razão pura, Kant analisa o mundo inteligível, no § 2º, e defende que só o inteligível merece a denominação de mundo, pois só nele é possível determinar a simplicidade das substâncias e sua totalidade. O problema é formulado nos seguintes termos: “como várias substâncias podem se unir de maneira a formar apenas um único todo; e quais são as condições necessárias para evitar que esta unidade se torne por sua vez parte de outro conjunto” (Kant 1770, Ak. II, § 2). Os elementos para a

definição do conceito de mundo inteligível são a matéria e a forma. Na concepção da matéria do mundo inteligível, Kant rejeita algumas possibilidades. Em primeiro lugar, o mundo não pode ser constituído só de acidentes, pois são apenas determinações e não partes dele. Em segundo lugar, não pode ser constituído de uma única substância necessária e seus acidentes. Em terceiro lugar, não pode ser constituído de substâncias necessárias. Finalmente, é impossível conceber as modificações das substâncias como partes do mundo. Os §§ 16 a 22 esboçam uma argumentação para rejeitar estas possibilidades e provar que o mundo só pode ser concebido como inteligível se sua matéria for constituída de substâncias contingentes.

Kant nega que a forma do mundo inteligível possa consistir na subordinação das substâncias, pois a subordinação exige que o tempo seja a condição de determinação nas relações de causa e efeito. Esta relação é heterônoma, ideal, subjetiva e própria aos objetos do mundo sensível (Kant 1770, Ak. II, § 2º). Ao contrário, a forma, que é real e objetiva, só pode ser dada pela coordenação entre as substâncias contingentes, pois, sendo recíproca e homônima, permite que o mundo seja efetivamente constituído como totalidade.

A coordenação pode ser sensível ou intelectual. No primeiro caso, ela é simultânea e sucessiva, levando ao problema do infinito atual, uma vez que a totalidade absoluta dos membros de uma série de números naturais é impossível, pois “concebe-se dificilmente como é que a série dos estados eternamente em sucessão no universo e que nunca pode ser acabada poderia formar um todo, compreendendo absolutamente todas as vicissitudes” (Kant 1770, Ak. II, § 2). A própria idéia do infinito sucessivo não tem sentido, pois “não vindo nada depois da série total, uma vez posta a série dos sucessivos, sendo última a única coisa que não é seguida de outra qualquer, conclui-se que haveria eternamente alguma coisa de último; o que é absurdo” (Kant 1770, Ak. II, § 2). Mas Kant não se limita a mostrar que a idéia do infinito sucessivo é absurda. A do infinito simultâneo é igualmente problemática, porque a dificuldade relativa à primeira afeta a segunda, pois ambas pressupõem a intuição sensível.

Ao atribuir a coordenação ao mundo inteligível, como forma da interação entre as substâncias contingentes, Kant nega que ela seja concebida como simultânea e sucessiva, pois ao pressupor o tempo como sua condição, se insere no domínio da sensibilidade. Kant argumenta que a coordenação inteligível possibilita que “várias substâncias estejam em relação mútua e, por este motivo, pertençam a um mesmo todo que se chama mundo” (Kant 1770, Ak. II, § 16). O conceito da forma do mundo inteligível está relacionado com o problema da ação

transitiva real de uma substância sobre outra. A coordenação entre as substâncias consiste na interação em virtude da qual seus estados se determinam reciprocamente. “A ligação, que constitui a forma essencial do mundo, é compreendida como o princípio das influências possíveis das substâncias que constituem este mundo” (Kant 1770, Ak. II, § 2). A identidade do mundo exige que sua matéria seja contingente, mas a forma imutável, pois possibilita a relação entre as substâncias, suas existências e mudanças de estado. Qual é o fundamento da interação mútua entre elas? A solução proposta aqui é a mesma da *Nova Dilucidatio*, embora o termo forma esteja ausente. A interação é fundamental para que haja mudanças nos estados das substâncias. Ao criticar a tese leibniziana da harmonia preestabelecida, Kant afirma que “as mudanças só podem afetar as substâncias na medida em que estas se relacionam com outras, sendo a mútua mudança de estado destas substâncias determinada pela sua dependência recíproca” (Kant 1755, Ak. I, p. 410). Este é o princípio de coexistência. A *Nova Dilucidatio* argumenta que a interação das substâncias não se fundamenta em suas existências e que nenhuma delas é capaz de produzir mudanças em si mesma. Se há uma tendência natural das substâncias em preservar seu estado, elas podem existir sem interagir. Kant conclui que deve haver algo além da existência das substâncias, que se constitua como fundamento de sua interação. Na *Nova Dilucidatio* a relação em virtude da qual as substâncias finitas formam um mundo só é possível se o princípio comum da existência delas, o intelecto divino, as mantém configuradas em relações recíprocas. A *Dissertação* ainda sustenta que Deus é o princípio de interação entre as substâncias. O argumento é desenvolvido do § 18º ao 21º. No § 18º, Kant argumenta que um todo de substâncias necessárias é impossível.

Um todo de substâncias necessárias é impossível. De fato, como a existência de uma substância necessária tem em si mesma a sua razão suficiente, não dependendo, pois de nenhuma outra, dependência essa que seria exterior àquela necessidade interna, é evidente que a relação entre as substâncias (a dependência recíproca dos seus estados) não só não resulta da sua existência, como nem sequer está de acordo com as próprias substâncias consideradas como necessárias. (Kant 1770, Ak. II, § 18)

Se a existência de uma substância é necessária, decorre que ela independe das outras. Sua existência e mudança de estado estão asseguradas independentemente da existência delas. Kant conclui que a substância necessária não pode interagir. As substâncias que interagem têm dependência mútua, porque as determinações de cada uma são produzidas pelas outras. A substância necessária deve ter o máximo de realidade, que é necessária para manter a própria existência. O mundo inteligível deve ser composto apenas de substâncias contingentes. Se a

substância necessária, por não fazer parte do mundo inteligível, é incapaz de interação com outras substâncias, qual relação pode manter com as substâncias contingentes? A única relação que uma substância necessária pode estabelecer com o mundo inteligível é a de causa e efeito.

O todo de substâncias é, portanto, um todo de contingentes, e o mundo compõe-se essencialmente de contingentes puros. De resto, nenhuma substância necessária está em relação com o mundo, a não ser a título de causa e efeito, e assim, não pode ter com o mundo uma relação semelhante àquela que a parte tem com os complementos para formar um todo (porque a ligação das partes entre si é uma dependência mútua, situa-se fora do ser necessário). A causa do mundo é, pois, um ser fora dele. (Kant 1770, Ak. II, § 19)

A mesma substância necessária que criou todas as contingentes é também o fundamento de sua interação mútua. Para que haja interação e totalidade, é necessário que todas as substâncias contingentes dependam de um único ser necessário e não de vários.

As substâncias que compõem o mundo são seres que dependem dum outro ser, não de vários; todas, pelo contrário, dependem dum só. Suponhamos que sejam efeitos de vários seres necessários; efeitos, cujas causas não teriam nenhuma relação mútua, não teriam eles também relações mútuas. A unidade na ligação das substâncias do universo é, pois uma consequência da dependência de todos, relativamente a um ser único. (Kant 1770, Ak. II, § 20)

Uma única substância necessária é o princípio da forma do mundo inteligível. Caso se admita várias substâncias necessárias, deve-se admitir também inúmeros mundos atuais fora uns dos outros, porque só há interação entre as substâncias contingentes que compõem o mesmo mundo, tendo como fundamento a mesma causa e sendo impossível a interação entre substâncias que pertencem a mundos distintos. De várias substâncias necessárias decorrem mundos atuais e não apenas um único mundo, não havendo entre eles nenhuma relação, não formando uma totalidade absoluta, pois a unidade na ligação de todas as substâncias contingentes é o efeito de uma única causa necessária.

Conclusão

Kant antecipa, em 1770, alguns aspectos da estética transcendental, mas faz ontologia e cosmologia racional. Ao fazer ontologia não se pergunta quais são os domínios de interpretação de conceitos? Enquanto na primeira *Crítica* as teses e as antíteses das antinomias matemáticas são falsas, a *Dissertação* concilia a simplicidade e a totalidade das substâncias no mundo inteligível com a impossibilidade de determinar o último elemento da matéria e sua totalidade no mundo fenomênico. A determinação do simples e sua totalidade enquanto coisa em si tem um valor objetivo, apesar da impossibilidade de representação na intuição sensível.

Está ausente a idéia de uma antitética da razão pura. A *Dissertação* sustenta que os problemas metafísicos surgem da influência despercebida do sensível sobre o inteligível, que sua solução consiste na separação destes dois domínios. Na base das antinomias, em 1781 não há um descuido, mas uma ilusão natural e inevitável. A primeira *Crítica*, ao inverter a sub-repção de 1770, demonstra que toda cosmologia racional é falaciosa. Agora não é mais a influência despercebida da sensibilidade sobre o entendimento que deforma as noções intelectuais, mas a ilusão produzida pela exigência da razão em completar a série absoluta das condições dos fenômenos como totalidade e partes simples.

Bibliografia

Gueroult, Martial 1978: “La dissertation kantienne de 1770. Deux conférences“, *Archives de Philosophie*, 41.

Kant, Immanuel 1755: *Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio*. Tradução portuguesa de José Andrade. *Nova explicação dos primeiros princípios do conhecimento metafísico*, Porto, rés Editora. 1983.

_____. 1770: *De mundi sensibilis atque intelligibilis forma et principiis*. Tradução portuguesa de José Andrade. *Acerca da forma e dos princípios do mundo sensível e do mundo inteligível*. Porto, rés Editora. 1983

_____. 1781-7: *Kritik der reinen Vernunft*. Tradução portuguesa de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão: *Crítica da razão pura*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1989.

_____. 1926: „Briefwechsel“, in: *Kants gesammelte Schrifte*, volumes X e XII, editado por Erich Adickes. Berlin und Leipzig.

Lebrun, Gerard 1993: “O aprofundamento da *Dissertação de 1770* na *Crítica da razão pura*”. In: *Sobre Kant*. São Paulo, Iluminuras, pp. 37-50.

Loparic, Zeljko 2000: *A semântica transcendental de Kant*. Campinas, CLE.

Perez, Daniel Omar 2000: *A predicação do ser. A análise kantiana no período pré-crítico. Uma aproximação lógico-semântica do texto Principiorum primorum cognitionis metaphysicae nova dilucidatio*. Campinas, Cemodecon IFCH-Unicamp.

Toretiti, Roberto 1980: *Manuel Kant. Estúdio sobre los fundamentos de la Filosofia Crítica*. Buenos Aires, Editorial Charcas.